

Vêneto Energética S.A.

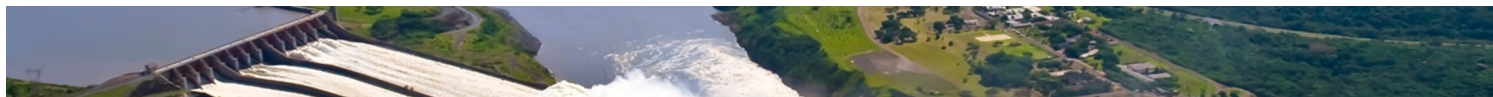
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
nº 243LR-037-PB

Em 31 de dezembro de 2023



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	5
Demonstrações financeiras	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022	13



VÊNETO ENERGÉTICA S.A.

Relatório da Administração 2023

Em cumprimento às disposições estatutárias e legais, submetemos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 da Vêneto Energética S.A. (“Companhia” ou “Vêneto”).

O presente Relatório da Administração cumpre a exigência da Lei 6.404/76 e é apresentado de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Anuais.

O presente Relatório da Administração deve ser lido em conjunto com as Demonstrações Financeiras. As informações estão apresentadas em milhões de reais e em base consolidada, exceto quando indicado de outra forma. Efeitos de arredondamentos podem causar diferenças nas variações percentuais, quando comparadas às Demonstrações Financeiras, apresentadas em reais mil.

Desempenho Operacional

No exercício de 2023, a Vêneto gerou o montante de 149.647 MWh¹ (127.417 MWh¹ no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). A energia elétrica produzida pela Companhia é totalmente comercializada no âmbito do PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, por um prazo de 20 anos, que se encerra em novembro de 2026.

Desempenho Econômico-Financeiro

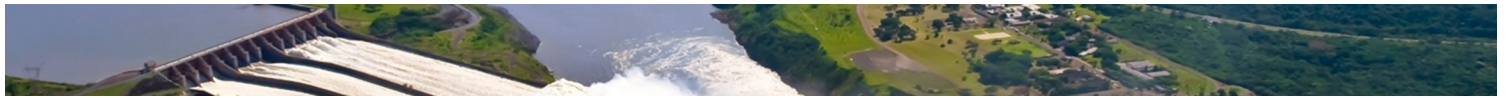
A Companhia encerrou o ano de 2023 com uma receita operacional líquida, de R\$ 74,7 milhões, um acréscimo de R\$ 0,5 milhões ou +0,7% quando comparado aos R\$ 74,2 milhões apurados em 2022.

A Companhia encerrou o exercício de 2023 com os custos operacionais no patamar de R\$ (12,9) milhões, um acréscimo de R\$ 1 milhão ou +8,8% quando comparado ao montante de R\$ (11,9) milhões registrado em 2022.

O lucro bruto do exercício de 2023 foi de R\$ 61,8, milhões, um decréscimo de R\$ 0,5 milhões ou -0,8% quando comparado aos R\$ 62,3 milhões apurados em 2022. Por sua vez, a margem bruta da Companhia em 2023 foi de 82,73% vs. 84,01% apurado no exercício de 2022.

A rubrica de despesa gerais e administrativas do exercício de 2023 atingiu R\$ (3,4) milhões, uma redução de R\$ 0,5 milhões ou -12,4% em relação ao montante de R\$ (3,9) milhões registrado em 2022. Já a rubrica de outras receitas (despesas) encerrou 2023 em R\$ 0,01 milhões, frente a R\$ 0,03 milhões em 2022.

¹ Informação não auditada.



Em termos de resultado antes dos efeitos financeiros e impostos, a Companhia encerrou o exercício de 2023 com um montante apurado de R\$ 58,3 milhões frente a R\$ 58,4 milhões registrado em 2022, uma redução de R\$ 0,1 milhões ou -0,08%.

Em termos de resultado líquido do exercício, em 2023 a Companhia apurou um lucro líquido de R\$ 57,5 milhões versus R\$ 49,4 milhões de lucro líquido em 2022, um acréscimo de R\$ 8,1 milhões ou +16,40%.

Por fim, em termos de endividamento bruto consolidado, a Companhia encerrou o ano de 2023, com uma alavancagem de R\$ 69,1 milhões, montante 33% menor ao saldo registrado em 2022 de R\$ 91,8 milhões.

Compliance

Em consonância com a Lei 12.846/13, a Administração da Companhia, buscando estruturar-se à prevenção a fraude, governança corporativa e devida adequação aos processos internos, conta com uma estrutura de Compliance, que entre outros objetivos, busca assegurar, em conjunto com as demais áreas, a adequação e o fortalecimento do sistema de controles internos, procurando mitigar riscos de acordo com a complexidade de seus negócios e, ainda, disseminar a cultura de controles para o cumprimento das leis, contribuindo, desta forma, para o crescimento da percepção externa de valor de sua Governança Corporativa.

Declaração dos Diretores

Os Diretores da Vêneto Energética S.A declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e com as opiniões expressa no parecer de auditoria da Grant Thornton.

Aviso Legal

Esse relatório foi preparado tendo como objetivo indicar e explicar a situação atual e o andamento dos negócios da Companhia. Este documento é de propriedade da Vêneto Energética S.A, e não poderá ser utilizado, para qualquer outro fim, sem a prévia autorização.

As informações contidas neste documento, refletem as atuais condições e os entendimentos da Administração até a presente data, estando sujeitas a alterações. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão notabilizados neste documento e nas Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A Companhia encontra-se à disposição para eventuais dúvidas através do e-mail: ri@ht-hidrotermica.com.br ou através do telefone +55 (11) 4130-3855.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Vêneto Energética S.A.
Veranópolis – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vêneto Energética S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Vêneto Energética S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com parte relacionada

Conforme Nota Explicativa nº 7, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente transações financeiras decorrentes de contratos de mútuo e a utilização compartilhada de estrutura e de profissionais relacionadas à área administrativa. Essas transações foram contratadas em condições comerciais definidas entre as partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

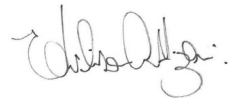
Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Edinilson Attizani
Contador CRC 1SP-293.919/O-7

Vêneto Energética S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31.12.2023	31.12.2022	Passivo	Nota	31.12.2023	31.12.2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	125.880	89.285	Fornecedores	10	6.321	7.127
Contas a receber	4	10.541	10.485	Arrendamento mercantil	9	322	253
Estoques	5	672	493	Debêntures	12	24.419	21.358
Despesas antecipadas		114	88	Obrigações tributárias	11	781	1.685
Adiantamentos a fornecedores		39	93	Obrigações sociais e trabalhistas		970	874
Total do ativo circulante		137.246	100.444	Dividendos propostos	15	44.344	30.694
				Total do passivo circulante		77.157	61.991
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Tributos a recuperar	6	2.253	2.106	Arrendamento mercantil	9	425	784
Partes relacionadas	7	37.083	35.677	Partes relacionadas	7	1.544	1.028
Depósitos judiciais		94	90	Debêntures	12	44.696	70.460
Outros ativos		70	70	Passivos contingentes	13	245	214
Imobilizado	8	41.325	46.003				
Direito de uso - arrendamento mercantil	9	510	780	Total do passivo não circulante		46.910	72.486
Total do ativo não circulante		81.335	84.726	Patrimônio líquido	14		
				Capital social	14.a	128.806	128.806
				Reservas de capital	14.b	(176.661)	(176.661)
				Reservas de lucros		142.369	98.548
				Total do patrimônio líquido		94.514	50.693
Total do ativo		218.581	185.170	Total do passivo e patrimônio líquido		218.581	185.170

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vêneto Energética S.A.
Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2023	31.12.2022
Receita operacional líquida	15	74.713	74.187
Custos operacionais	16	<u>(12.905)</u>	<u>(11.862)</u>
Lucro bruto		<u>61.808</u>	<u>62.325</u>
Outras receitas e (despesas) operacionais	17		
Gerais e administrativas	17.a	(3.448)	(3.935)
Outras receitas (despesas) líquidas	17.b	<u>14</u>	<u>32</u>
Total despesas operacionais		<u>(3.434)</u>	<u>(3.903)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>58.374</u>	<u>58.422</u>
Receitas financeiras	18	12.848	8.024
Despesas financeiras	18	<u>(10.113)</u>	<u>(13.292)</u>
Resultado financeiro		<u>2.735</u>	<u>(5.268)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>61.109</u>	<u>53.154</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	<u>(3.638)</u>	<u>(3.782)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>57.471</u>	<u>49.372</u>
Lucro básico e diluído por ação (em reais)		0,45	0,10

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vêneto Energética S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Lucro acumulado	Total
			Legal	Lucros a destinar		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	128.806	(176.661)	3.993	56.908	-	13.046
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	49.372	49.372
Destinação do resultado do exercício para:						
Constituição da reserva legal	-	-	2.469	-	(2.469)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(11.725)	(11.725)
Lucros a destinar	-	-	-	35.178	(35.178)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	128.806	(176.661)	6.462	92.086	-	50.693
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	57.471	57.471
Destinação do resultado do exercício para:						
Constituição da reserva legal	-	-	2.874	-	(2.874)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(13.650)	(13.650)
Lucros a destinar	-	-	-	40.947	(40.947)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	128.806	(176.661)	9.336	133.033	-	94.514

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vêneto Energética S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Lucro líquido do exercício	<u>57.471</u>	<u>49.372</u>
Resultado abrangente total	<u><u>57.471</u></u>	<u><u>49.372</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vêneto Energética S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2023	31.12.2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		61.109	53.154
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Encargos financeiros de debêntures	12	5.024	6.942
Atualização de debêntures	12	4.802	6.274
Atualização de arrendamento	19	168	8
Atualização de contingências	13	31	29
Depreciação e Amortização	08 e 09	5.086	6.822
		76.220	73.229
Redução (aumento) nos ativos			
Contas a receber	4	(56)	(2.837)
Tributos a recuperar	6	(147)	(83)
Estoques	5	(179)	(350)
Adiantamentos a fornecedores		54	(5)
Despesas antecipadas		(26)	(25)
Partes relacionadas - serviço compartilhado	7	(1.406)	(1.115)
Deposito Judicial		(4)	7
		(1.764)	(4.408)
Aumento nos passivos			
Fornecedores	10	(806)	(4.828)
Partes relacionadas - serviço compartilhado	7	516	385
Obrigações sociais e trabalhistas		96	59
Obrigações tributárias	11	(2.464)	175
		(2.658)	(4.209)
Pagamento de debentures	12	(26.375)	(21.595)
Pagamento de juros sobre debêntures	12	(6.154)	(7.655)
Imposto de renda e contribuição social pagos	11	(2.078)	(3.195)
		37.191	32.167
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Empréstimos realizados para partes relacionadas	7	-	2
Recebimento de empréstimos realizados para partes relacionadas	7	-	800
Adições no arrendamento mercantil	10	-	(1.347)
Compras no imobilizado	8	(138)	(8)
		(138)	(553)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento arrendamento mercantil	9	(458)	(482)
Empréstimos obtido com partes relacionadas	7	-	2
		(458)	(480)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento			
Aumento de caixa e equivalentes de caixa			
		36.595	31.134
Saldo no início do exercício	3	89.285	58.151
Saldo no final do exercício	3	125.880	89.285
Aumento de caixa e equivalentes de caixa			
		36.595	31.134

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Vêneto Energética S.A. (“Companhia” ou “Vêneto”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Veranópolis – RS, cujo objeto social é a implantação e exploração de empreendimentos de geração de energia elétrica e de suas instalações de conexão, bem como a comercialização de energia elétrica gerada nesses empreendimentos.

A Companhia, por meio da Resolução nº 519/02, da ANEEL, obteve a autorização para implantação e exploração do potencial hidráulico da PCH Jararaca, na condição de produtor independente, com 28 MW(*) de potência instalada e 19,91 MW(*) de garantia física. O prazo de autorização é de 30 anos, com término em setembro de 2032, podendo ser prorrogada.

(*) Informação não financeira não auditada.

A energia elétrica produzida pela PCH Jararaca é totalmente comercializada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), por um prazo de 20 anos, que se encerra em abril de 2028.

Programa de Compliance da Companhia

A Administração da Companhia, em consonância com a Lei nº 12.846/13, vem estruturando tanto ações preventivas, quanto de monitoramento e controle, visando o aprimoramento de boas práticas para o fortalecimento da governança corporativa, assim como a devida adequação dos processos internos, para prevenção de fraude. Nesse sentido, no final de 2016, criou a área de Compliance, que além da supervisão da conformidade e desempenho dos processos é responsável pela monitoração dos controles internos e aplicação da auditoria interna. Desde então, a área propôs e adotou novas políticas, estabeleceu rotinas de processos e normas gerais de funcionamento de diversas atividades, tais como: a supervisão do Relacionamento com Fornecedores e sua prévia análise, tratamento interno relativo à Lei Geral de Proteção aos Dados (LGPD) e de mecanismos que possibilitam detectar eventuais falhas nos processos, entre outros. Destaca-se, no plano geral, a implantação do Código de Conduta Ética e Profissional, que têm por objetivo prevenir, detectar e evitar irregularidades praticadas contra a Companhia ou contra terceiros, assegurando que as relações com os *stakeholders*, colaboradores, clientes e fornecedores sejam conduzidos com ética e transparência.

A Companhia também conta, desde abril de 2020, com o Canal da Ética. Trata-se de um serviço de comunicação independente, por meio do qual é possível registrar relatos sobre ações e condutas que não estão em conformidade com o Código de Conduta Ética e Profissional da Companhia. As informações relatadas são recebidas por uma empresa independente, o que garante o sigilo e tratamento adequado dos relatos e, depois, encaminhados à área de Compliance para o processo de investigação, conforme delegação do Conselho. Em complemento à estrutura do Canal da Ética, a Companhia possui um Comitê de Ética, formado por representantes de diferentes áreas, o qual tem como responsabilidades a análise dos resultados das investigações, a aplicação de medidas corretivas, no que couber, assim como a atualização do próprio Código de Conduta Ética e Profissional.

O acesso ao Canal da Ética pode ser realizado via site: www.resguarda.com/canaleticahidrotermica ou, ainda o e-mail: etica.hidrotermica@resguarda.com, disponíveis 24 horas por dia, 7 dias da semana. Como alternativa, a Companhia oferece acesso ao Canal da Ética, pelo telefone 0800-891 4636, com atendimento pelo operador, nos dias úteis, das 8hs às 22hs, fora desse horário, o manifestante poderá fazer seu relato por meio de mensagem gravada.

1.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições da legislação societária e pela edição dos pronunciamentos contábeis por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas brasileiras aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Na presente demonstração financeira, a Administração está evidenciando, apenas as informações relevantes utilizadas na gestão da Companhia.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 2.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 28 de março de 2024.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo (aplicações financeiras).

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e são reconhecidas prospectivamente. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As principais estimativas e premissas que possam provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro referem-se ao registro de:

- **Nota Explicativa nº 9:** avaliação da vida útil do ativo imobilizado, onde os ativos são depreciados pelo prazo da autorização pela Companhia. Adicionalmente, anualmente, a Administração revisa o valor contábil líquido de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável;
- **Nota Explicativa nº 13** contingências - reconhecimento e mensuração das contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

2. Principais políticas contábeis

a) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida mensalmente, pelo faturamento dos contratos do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (“Proinfra”), os quais são coordenados pelo Ministério de Minas e Energia e gerenciados pela Eletrobras, em que toda energia produzida tem garantia de contratação pela Eletrobras.

Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem basicamente:

- Receita de juros e variação monetária; e
- Despesa de juros, variação monetária, multas e fianças bancárias.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento, e os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos são classificados nas atividades de financiamento.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Custo amortizado do passivo financeiro.

b) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

i) Reconhecimento e mensuração inicial

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

No exercício de 2023, a Companhia possui ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e a valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas às condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

ii) **Impairment de ativos financeiros**

Ativos financeiros são avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

c) **Imposto de renda e contribuição social**

Imposto de renda e contribuição social corrente – lucro presumido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente da Companhia são calculados com base na presunção das receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12% para cálculo do imposto de renda e da contribuição social, respectivamente. Depois de apurados os valores de acordo com os percentuais de presunção, as demais receitas são adicionadas na base de cálculo.

Sobre a base de cálculo apurada, aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- i) 15% de imposto de renda sobre o total da base de cálculo; e
- ii) 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido (base de cálculo) que exceder a R\$ 60 trimestralmente ou, no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada, aplica-se a alíquota de 9% para contribuição social.

d) **Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, tais como frete, tributos não recuperáveis e armazenamento.

e) **Imobilizado**

i) **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis dos bens, limitadas pelos prazos das autorizações quando não há previsão de indenização do valor residual dos ativos ao término do período autorizativo ou concessivo.

f) Impairment de ativos não financeiros

O imobilizado é revisto anualmente para identificar evidências de perdas no valor recuperável, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos custo para venda. Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos, através do valor de uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). O gerenciamento dos negócios da Companhia considera sua usina como uma única unidade geradora de caixa.

g) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, as contas a pagar aos fornecedores são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento.

h) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros, estimados a uma taxa antes de impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesas financeiras.

2.1. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Listamos a seguir as normas contábeis que foram publicadas a partir de 1º de janeiro de 2023:

- Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, destacamos as alterações a seguir:

CPC 50 (IFRS 17) – Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021).

Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade.

Alterações à IAS 12 – Tributos sobre o Lucro – Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação.

Alterações à IAS 12 – Tributos sobre o Lucro – Reforma Tributária Internacional – Regra do Modelo do Pilar Dois (*).

Alterações à IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros – Definição de Estimativas Contábeis.

(*) Na data de divulgação do modelo de demonstração financeira, a regra do modelo do Pilar Dois estava sob avaliação dos reguladores brasileiros, dessa forma, as alterações não foram refletidas no CPC correspondente.

- Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, novas e revisadas emitidas e ainda não vigentes:

Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2) Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto.

Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante;

Alterações à IAS 1 Passivo Não Circulante com *Covenants*.

Alterações à IAS 7 e à IFRS 7 Acordos de Financiamento de Fornecedores.

Alterações à IFRS 16 Passivo de arrendamento em uma transação de *“Sale and Leaseback”*.

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia, a partir das suas vigências.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	4.584	6.483
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	<u>121.296</u>	<u>82.802</u>
Total	<u>125.880</u>	<u>89.285</u>

O saldo de bancos é constituído por saldos de depósitos à vista em instituições financeiras.

(i) As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas em Fundos de Investimento de renda fixa e são remuneradas a taxas atreladas ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) e são imediatamente resgatáveis, sem risco significativo de mudança de valor. As aplicações financeiras são remuneradas pela taxa média de 102,57% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (102,38% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

4. Contas a receber

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Centrais Elétricas Brasileiras S.A	<u>10.541</u>	<u>10.485</u>
Total	<u>10.541</u>	<u>10.485</u>

Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 10.541 (R\$ 10.485 em 31 de dezembro de 2022) corresponde ao saldo a receber de suprimentos de energia de contratos firmados com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. por meio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“Proinfa”) pelo prazo de 20 anos, encerrando em 29 de abril de 2028, cujo prazo médio de recebimento é de 30 dias.

5. Estoques

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de R\$ 672 (R\$ 493 em 31 de dezembro de 2022), refere-se a peças e sobressalentes para manutenção da usina.

6. Tributos a recuperar

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
IPRJ	1.603	1.601
IRRF	80	80
CSLL	129	129
PIS	43	16
COFINS	191	73
ISS	13	13
IOF	194	194
Total	<u>2.253</u>	<u>2.106</u>

Os principais valores, referem-se a retenções de tributos realizadas por clientes, pertencentes à Administração pública federal, que são obrigados a reter 5,85% de IR, CSLL, PIS/Pasep e Cofins sobre os pagamentos que efetuam a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviço.

7. Partes relacionadas

A Companhia identificou como partes relacionadas seus acionistas, sua controladora e outras empresas ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1).

As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos na posição patrimonial e no resultado estão descritos a seguir:

	<u>31.12.2023</u>			<u>31.12.2022</u>		
	Serviços compartilhado s ativo (a)	Empréstimo ativo	Serviços compartilhados passivo (a)	Serviços compartilhado s ativo (a)	Empréstimo ativo	Serviços compartilhado s passivo (a)
Autódromo Energia S.A.	-	-	130	-	-	235
Brasilterm Energia S.A.	-	3	-	-	3	-
Brasilterm Participações S.A.	247	-	-	174	-	-
Ben Bioenergia Ger. Com. Energia do Nordeste S.A.	169	3.594	-	118	3.594	-
Bongiorno Energética S.A.	-	1.394	-	-	1.394	-
Bolognesi Energia S.A. (i)	329	825	-	231	825	-
Borborema Energética S.A.	442	-	-	270	-	-
Boa Fé Energética S.A.	-	-	451	-	-	290
Central Energética Palmeiras S.A.	572	12	-	401	12	-
Criuva Energética S.A.	92	-	-	64	-	-
Companhia Energética Rio da Prata S.A.	184	-	-	135	-	-
Da Ilha Energética S.A.	-	-	654	-	-	181
Flame Nova Aratu Holdings	-	-	13	-	-	13
Hidrotérmica Comercializadora S.A.	-	43	84	-	43	78
Hidrotérmica S.A.	-	27.946	212	-	27.946	231
Termelétrica Pernambuco III S.A.	743	6	-	519	6	-
Mesa Participações S.A.	274	-	-	193	-	-
Maracanaú Geradora de Energia S.A.	347	-	-	197	-	-
New Energy Aptions Geracao de Energia S.A.	58	-	-	-	-	-
Multiner S.A.	43	-	-	-	-	-
Rio Amazonas Energia S.A.	58	-	-	-	-	-
São Paulo Energética S.A.	207	-	-	144	-	-
Serrana Energética S.A.	178	-	-	132	-	-
Serra Verde Energética S.A.	137	-	-	96	-	-
Termelétrica Rio Grande	-	5	-	-	5	-
Perdas estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa (i)	-	(825)	-	-	(825)	-
Total	<u>4.080</u>	<u>33.003</u>	<u>1.544</u>	<u>2.674</u>	<u>33.003</u>	<u>1.028</u>

	31.12.2023		31.12.2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Serviços compartilhados	4.080	1.544	2.674	1.028
Empréstimos	33.003	-	33.003	-
Total	37.083	1.544	35.677	1.028

- i) A Administração reavaliou seus ativos financeiros com partes relacionadas, a fim de verificar se há indicação de perdas esperadas na liquidação. A Administração identificou que os ativos financeiros (mútuos) com a Bolognesi Energia S.A. apresentam risco relevante de não recebimento, além do agravamento da situação financeira da Bolognesi Energia S.A., que possui, em 31 de dezembro de 2023, capital circulante líquido negativo, passivo significativo com parte relacionadas, que apresentam natureza subordinada frente às demais obrigações de Bolognesi Energia S.A., e patrimônio líquido negativo. Desta forma, a Administração da Companhia determinou que os valores de mútuos a receber da Bolognesi Energia S.A. fossem ajustados em sua totalidade, por meio de provisão para perda esperada com créditos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia mantém operação de mútuo financeiro a receber com sua Controladora direta Cia Energética Rio da Prata S.A. no valor de R\$ 176.661. A Administração da Companhia analisou a natureza e as características da operação, os fluxos de caixa contratual do ativo não são do tipo “principal mais juros”, inclusive, quanto à previsão contratual de liquidação do valor a pagar não estabelecer, especificamente, que se dará por meio da entrega de caixa e equivalentes de caixa, e concluiu que, na essência, trata-se de transação de capital realizada com a controladora direta e que, para melhor apresentação desta operação nas demonstrações financeiras da Companhia, está apresentando o saldo de mútuo a receber, como redutor no Patrimônio Líquido, em conta de reserva de capital. (Nota Explicativa nº 14 (b)).

A Companhia mantém operações de mútuos com prazo de vencimento em 20 anos, amparada por contratos assinados entre as partes, com data determinada de vencimento e sem incidência de juros.

Movimentação líquida de partes relacionadas

	31.12.2023		31.12.2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Saldo inicial	35.677	(1.028)	35.360	(641)
Empréstimos concedidos/obtidos	-	-	2	(2)
Serviços compartilhados	1.406	(516)	1.115	(385)
Pagamentos/Recebimentos de principal	-	-	(800)	-
Saldo final	37.083	(1.544)	35.677	(1.028)

Estrutura de custos compartilhada

A Companhia e as demais empresas do Grupo Econômico do qual a Companhia faz parte compartilham determinadas estruturas e custos administrativos, de modo que esses custos e despesas são repassadas com base nos critérios de rateio definidos entre as empresas. Os contratos de compartilhamento foram firmados e aprovados pela Administração das empresas a partir do ano de 2021.

Remuneração da Administração

A Administração da Companhia é compartilhada com as demais empresas do Grupo Econômico, dessa forma, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram alocados R\$ 178 na Companhia (R\$ 207 em 31 de dezembro de 2022) referem-se as despesas com Administradores e Conselho de Administração, esse montante refere-se integralmente a remuneração fixa, encargos e benefícios (plano de saúde, odontológico e seguro de vida).

8. Imobilizado

a) Composição do saldo

	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022	
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Terrenos (i)	4,07%	1.816	(1.173)	643	717
Reservatório, barragens e adutoras	4,13%	35.963	(23.229)	12.734	14.217
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,16%	44.224	(28.564)	15.660	17.500
Máquinas e equipamentos	4,12%	34.367	(22.093)	12.274	13.553
Móveis e utensílios	16,67%	6	(4)	2	3
Veículos	3,13%	32	(20)	12	13
Total do imobilizado em serviço		116.408	(75.083)	41.325	46.003
Total do imobilizado		116.408	(75.083)	41.325	46.003

- (i) Os terrenos são imóveis de Área de Preservação Permanente (APP), considerando que a Companhia e suas controladas utilizam no período autorizativo, eles estão sendo depreciados no prazo autorizativo que se encerra em fevereiro de 2034.

b) Movimentação do imobilizado

	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2023	
	Valor líquido	Adições	Depreciação	Valor líquido
Imobilizado em serviço				
Terrenos	717	-	(74)	643
Reservatório, barragens e adutoras	14.217	-	(1.483)	12.734
Edificações, obras civis e benfeitorias	17.500	-	(1.840)	15.660
Máquinas e equipamentos	13.553	138	(1.417)	12.274
Móveis e utensílios	3	-	(1)	2
Veículos	13	-	(1)	12
Total do imobilizado em serviço	46.003	138	(4.816)	41.325
Total do imobilizado	46.003	138	(4.816)	41.325

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou teste de perda do valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*), segregado por unidade geradora de caixa de acordo com o CPC 01, para assegurar que seu ativo esteja registrado contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação (teste de *impairment*). De acordo com as premissas adotadas não foi identificada a necessidade de registro de *impairment*.

9. Direito de uso – arrendamento mercantil

A norma CPC 06 (R2) é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo de os arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

- Contrato com um prazo inferior ou igual a 12 meses; e,
- Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

A Companhia possui contrato de arrendamento referente à locação do imóvel onde está localizado o escritório.

Os valores referentes ao reconhecimento inicial do direito de uso dos ativos arrendados e das obrigações assumidas para os contratos de arrendamento mercantil, referente à adoção inicial do CPC 06 (R2) e suas respectivas movimentações no final do exercício, findo em 31 de dezembro de 2023, estão demonstradas a seguir:

Ativo

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Saldo Inicial	780	1.459
Principal	449	1.347
Amortização	(719)	(2.026)
Saldo Final	<u>510</u>	<u>780</u>

Passivo

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Saldo Inicial	1.037	1.511
Varição Monetária	168	8
Pagamento	(458)	(482)
Saldo Final	<u>747</u>	<u>1.037</u>
Circulante	322	253
Não Circulante	425	784

No exercício de 2021, a Companhia contratou um novo arrendamento com vigência de 60 meses iniciando em janeiro do exercício supracitado. No exercício findo 31 de dezembro de 2023, houve apenas a contabilização de amortização de pagamento e variação monetária.

10. Fornecedores

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Ajuste Financeiro Centrais Elétricas Brasileiras S.A (i)	6.032	6.580
Materiais e serviços	289	547
Total	<u>6.321</u>	<u>7.127</u>
Circulante	6.321	7.127

- (i) O montante apresentado refere-se ao ajuste financeiro do GSF – *Generation Scaling Factor* do exercício corrente, que será compensado no próximo exercício, sendo provisionado o resultado do deslocamento de geração hidrelétrica subtraído da liquidação da energia assegurada. A receita de venda de energia da Companhia é vinculada a energia assegurada e a geração depende das condições hidrológicas, o valor provisionado é o deslocamento apresentado no exercício.

11. Obrigações tributárias

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
IOF	414	414
ICMS	14	9
PIS e COFINS s/faturamento	4	369
ISSQN	2	2
IRPJ	230	547
CSLL	104	327
Tributos e contribuições retidas na fonte	13	17
Total	781	1.685

12. Debêntures

a) Composição

<u>Credor</u>	<u>Encargos</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
BTG Pactual	7,80% a.a. + IPCA	69.115	91.818
		69.115	91.818
Circulante		24.419	21.358
Não circulante		44.696	70.460

O custo médio de captação das dívidas em 31 de dezembro de 2023 é de 7,80% a.a. + IPCA (7,80% a.a. + IPCA em 31 de dezembro de 2022).

b) Principais características

Em 15 de dezembro de 2019, a Companhia emitiu série única da 1ª (primeira) emissão de debêntures. Foram emitidas 120.000 (cento e vinte mil) debêntures com valor unitário de R\$1.000 (mil reais) na data de emissão.

O valor total da Emissão foi de R\$120.000.000 (cento e vinte milhões de reais), as debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia. As debêntures são escriturais e normativas, sem emissão de cautelares ou certificados, terão garantia real, com garantia adicional fidejussória, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

O valor unitário ou o saldo do valor nominal unitário das debêntures é atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA apurado mensalmente pelo IBGE, desde a primeira data de integralização até a data do efetivo pagamento, sendo o produto da atualização monetária automaticamente incorporado ao valor nominal unitário das debêntures.

O valor nominal unitário atualizado das debêntures será amortizado em 72 (setenta e duas) parcelas mensais sempre no dia 15 de cada mês, e consecutivas, nas respectivas datas de amortização, sendo a primeira parcela devida em 15 de janeiro de 2020 e a última em 15 de dezembro de 2025.

O vencimento antecipado encontra-se previsto na cláusula de 6.2 a 6.7 da Escritura de Debêntures da Vêneto Energética S.A.

c) Cláusulas restritivas

As principais obrigações contratuais que se descumpridas ensejam em vencimento antecipado da dívida são:

- Não pagamento do principal, remuneração ou qualquer obrigação pecuniária nas datas de vencimento;
- Extinção, encerramento das atividades, intervenção, liquidação, dissolução, ou a decretação de falência;
- Transformação da Companhia em outro tipo societário;
- Descumprimento de garantias;
- Não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive ambientais e as concedidas pela ANEEL, exigidas para operar da Companhia;
- Pedido de recuperação judicial ou submissão de qualquer credor ou de classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial formulado pela CERP ou por suas controladas diretas; e
- Distribuição de dividendos, resgate de reserva de capital, juros sobre capital próprio, redução de capital ou qualquer outra participação no lucro estatutário.

d) Garantias

Para esse contrato, foram fornecidas as seguintes garantias:

- Penhor das ações da Companhia; e
- Direitos creditórios provenientes da comercialização de energia.

e) Cronograma de desembolso do passivo não circulante

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
2024	-	40.457
2025	44.696	30.003
Total	<u>44.696</u>	<u>70.460</u>

f) Movimentação debêntures:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Saldo inicial	91.818	107.852
Pagamento de principal	(26.375)	(21.595)
Apropriação Juros	5.024	6.942
Pagamento de juros	(6.154)	(7.655)
Atualização de debêntures	4.802	6.274
Saldo final	<u>69.115</u>	<u>91.818</u>

13. Passivos contingentes

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo, principalmente, questões trabalhistas.

A Administração da Companhia, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base na opinião dos seus assessores jurídicos externos e revisão de seus advogados, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

(a) perda provável – são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%; **(b)** perda possível – são processos onde a possibilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa.

a) Riscos provisionados (risco de perda provável)

	<u>31.12.2022</u>	<u>Atualizações</u>	<u>31.12.2023</u>
Trabalhista	214	31	245
Total	<u>214</u>	<u>31</u>	<u>245</u>

As contingências trabalhistas referem-se às reclamações em que se reivindica o pagamento de horas adicionais, participações em lucros e demais verbas trabalhistas.

b) Riscos não provisionados (risco de perda possível)

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Tributário (i)	1.917	1.757
Total	<u>1.917</u>	<u>1.757</u>

(i) A Companhia possui processo administrativo tributário referente à autuação da Receita Federal envolvendo dedução de despesas decorrentes de financiamento realizado pela controladora, CERP, junto ao Infrabrasil, cujos encargos de financiamento foram assumidos pela Companhia. Antes da lavratura do auto de infração, a Companhia aderiu ao parcelamento da Lei 12.996/2014. A discussão administrativa gira em torno dos encargos e não do tributo principal, com recurso da Companhia aguardando julgamento. O valor possível de perda é de R\$ 1.603 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.474 em 31 de dezembro de 2022).

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 128.806, dividido em 128.806.000 (cento e vinte e oito milhões, oitocentos e seis mil) ações ordinárias, pertencentes a Cia Energética Rio da Prata S.A. (99,99%) e Bolognesi Energia S.A. (0,01%). Do montante total do capital, R\$ 74.579 foi integralizado em moeda corrente nacional e R\$ 54.227, com registro de potenciais hidrelétricos (R\$ 7.156) e sua respectiva reavaliação (R\$ 47.071).

b) Lucro básico por ação

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Lucro do exercício	57.471	49.372
Quantidade de ações (milhões)	<u>128.806</u>	<u>128.806</u>
Prejuízo básico por ação (em reais)	<u>0,45</u>	<u>0,38</u>

c) Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, e alterações posteriores, até o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o saldo total acumulado é de R\$ 9.336 (R\$ 6.462 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Lucro líquido do exercício	<u>57.471</u>	<u>49.372</u>
Base de cálculo reserva legal	<u>57.471</u>	<u>49.372</u>
Reserva Legal 5%	<u>2.874</u>	<u>2.469</u>

d) Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei no 6.404/76, e alterações posteriores.

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Base de cálculo reserva legal	57.471	49.372
Reserva legal	(2.874)	(2.469)
Base dividendos	<u>54.598</u>	<u>46.905</u>
Dividendos 25%	<u>13.650</u>	<u>11.726</u>

Movimentação de dividendos

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Saldo inicial	<u>30.694</u>	<u>18.968</u>
Dividendos propostos	<u>13.650</u>	<u>11.726</u>
Saldo final	<u>44.344</u>	<u>30.694</u>

O montante acumulado de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2023 é R\$ 44.344 (R\$ 30.694 em 31 de dezembro de 2022). O valor não é pago em função da cláusula restritiva (*covenants*) das debêntures.

e) Reserva de capital

Transação de capital com controlador:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Companhia Energética Rio da Prata S.A	176.661	176.661
Total	<u>176.661</u>	<u>176.661</u>

Movimentação transação de capital com controlador:

Saldo em 31.12.2022	<u>176.656</u>
Saldo em 31.12.2023	<u>176.656</u>

Conforme Nota Explicativa nº 7 em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia mantém transações de capital com sua controladora direta no montante de R\$ 176.661, com prazo de vencimento em 20 anos, amparada por contratos assinados em agosto de 2017 entre as partes, com data determinada de vencimento e sem incidência de juros, cuja realização futura provavelmente se dará pela distribuição de dividendos e/ou redução do capital social da Companhia.

15. Receita operacional líquida

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Receita bruta de vendas		
Fixa	78.503	81.533
Pis e cofins sobre faturamento - 3,65%	(3.240)	(2.796)
Ajuste financeiro Centrais Elétricas Basileiras S.A (i)	(550)	(4.550)
Deduções da receita bruta	<u>(3.790)</u>	<u>(7.346)</u>
Receita operacional líquida	<u>74.713</u>	<u>74.187</u>

- (i) A variação apresentada na rubrica se dá devido ao reajuste financeiro pelo IGPM do GSF – *Generation Scaling Factor* do exercício de 2023 (vide Nota Explicativa nº 10).

16. Custos operacionais

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Seguro GSF	(2.596)	(2.446)
Encargo de uso do sistema de transmissão	(1.154)	(1.131)
Pessoal e encargos	(1.546)	(1.317)
Materiais	(628)	(257)
Serviços de terceiros	(820)	(953)
Manutenção e conservação - <i>Overhaul</i>	(308)	(226)
Depreciação e amortização	(4.797)	(4.796)
Serviços de vigilância e limpeza	(391)	(339)
Seguros	(299)	(193)
Outros	(366)	(204)
Total de custos	<u>(12.905)</u>	<u>(11.862)</u>

17. Outras receitas e (despesas) operacionais

a) Gerais e administrativas

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Pessoal	(1.265)	(1.159)
Serviços de terceiros	(1.911)	(1.865)
Arrendamentos e aluguéis	(191)	(679)
Seguros	(38)	(39)
Outros	(43)	(193)
Total de despesas	<u>(3.448)</u>	<u>(3.935)</u>

b) Outras receitas e (despesas), líquidas

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Outras receitas / despesas	14	32
Total de outras receitas (despesas), líquidas	<u>14</u>	<u>32</u>

18. Resultado financeiro

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Receita sobre aplicação financeira	12.848	8.024
Total de receitas financeiras	<u>12.848</u>	<u>8.024</u>
Juros das debêntures	(5.022)	(8.203)
Variações monetárias passivas	(31)	(35)
Variação monetária debêntures (i)	(4.802)	(5.012)
Multas	(45)	(9)
Despesas bancárias	(18)	(4)
IOF	(46)	(26)
Outras despesas financeiras	(149)	(3)
Total de despesas financeiras	<u>(10.113)</u>	<u>(13.292)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>2.735</u>	<u>(5.268)</u>

(i) A variação na rubrica é reflexo da variação do IPCA entre exercícios (4,62% em 2023 versus 5,79% em 2022), sendo este o indexador das debêntures da Companhia.

19. Imposto de renda e contribuição social corrente

	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
	31.12.2023	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2022
Opeções com Energia Elétrica	77.953	77.953	76.982	76.982
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
	6.236	9.354	6.159	9.238
Receitas Financeiras	3.691	3.691	4.182	4.182
Outras Receitas	18	18	38	38
Base de Cálculo Lucro Presumido	9.945	13.063	10.379	13.458
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Imposto de renda e contribuição social	1.491	1.176	1.557	1.211
Adicional (10% s/valor superior a R\$ 240)	971	-	1.014	-
Imposto de renda e contribuição social	2.462	1.176	2.571	1.211

20. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Valor justo *versus* valor contábil

A Administração da Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Mensuração	Nível	31.12.2023		31.12.2022		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	Nível 1	125.880	125.880	89.285	89.285
Contas a receber	Custo amortizado	Nível 1	10.541	10.541	10.485	10.485
Depósitos vinculados - contas reserva	Valor justo por meio de resultado	Nível 1	94	94	90	90
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 1	37.083	37.083	35.677	35.677
Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 1	6.321	6.321	7.127	7.127
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 1	1.544	1.544	1.028	1.028
Debêntures	Custo amortizado	Nível 2	69.115	39.574	91.818	89.539
Arrendamento mercantil	Custo amortizado	Nível 1	747	747	1.037	1.037

Para todas as operações apresentadas no quadro acima, exceto empréstimos e financiamentos, a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Administração financeira de risco

A Administração da Companhia monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

A Companhia apresenta os seguintes riscos:

a) Risco de liquidez

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as demonstrações financeiras, e os juros a vencer até o final do contrato:

	<u>Valor contábil</u>	<u>Fluxo</u>	<u>Até 12 meses</u>	<u>De 2 a 3 anos</u>
Fornecedores	6.321	6.321	6.321	-
Debêntures	69.115	69.115	24.419	44.696
Financiamento por arrendamento mercantil	747	747	322	425

b) Risco de crédito

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações em instituições avaliadas e/ou aprovadas pela Administração. Com relação a créditos com clientes, a Companhia vende exclusivamente com a Eletrobras, com baixo risco de crédito, no âmbito do Proinfa.

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Ativos		
Caixa e equivalentes de Caixa	125.880	89.285
Depósitos vinculados - contas reserva	94	90
Contas a receber	10.541	10.485

c) Risco de mercado

Risco de taxa de juros

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

	31.12.2023	31.12.2022
Ativos		
Caixa e equivalentes de Caixa	125.880	89.285
Depósitos vinculados - contas reserva	94	90
Passivos		
Fornecedores	6.321	7.127
Partes relacionadas	1.544	1.028
Debêntures	69.115	70.460

d) **Análise de sensibilidade**

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 31 de dezembro de 2023

A Administração considerou como metodologia para a estimativa de um “cenário provável”, se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do indexador, conforme indicado, em 31 de dezembro de 2022. O cenário I considera uma diminuição/aumento de 25% e o cenário II considera uma diminuição/aumento de 50%, da taxa provável apuradas nas respectivas datas de análise.

Instrumentos financeiros passivos (empréstimos, financiamentos e Debêntures)

	-50%	-25%	Provável	25%	50%
Exposição Líquida TJLP	19.846	29.770	39.574	49.616	59.539
Impacto da variação	(19.728)	(9.804)		10.042	19.965

O cenário provável foi determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e a avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo abaixo.

e) **Definição de valor justo**

Para o cálculo do valor justo, a Companhia utilizou a taxa média de DI e IGP-M divulgada pela CETIP, tanto para o cálculo da taxa de desconto, quanto para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas, e calculou a taxa de desconto utilizando a DI e o IGP-M do período acrescido do *spread* dos juros dos títulos.

A Administração entende que a melhor estimativa de avaliação do *spread* de risco de crédito está relacionada aos movimentos de mercado com o uso das taxas observadas para reavaliação do risco.

f) **Risco regulatório**

As atividades Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades. A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem as partes interessadas nos negócios da Companhia.

g) **Risco hidrológico**

A energia vendida pela PCH depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador.

As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional (SIN) operado pelo ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe à Companhia a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF para os geradores hidrelétricos.

Mediante ofício BE004-16, a Companhia optou pelo produto SP100, com valor de prêmio de risco unitário de R\$ 9,50/MWh, data-base de janeiro de 2015. Este produto elimina o risco de exposição ao GSF.

h) Gestão de risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

i) Principais ativos e passivos financeiros

Os principais ativos e passivos financeiros utilizados pela Companhia, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Aplicações financeiras;
- Contas a receber;
- Empréstimos e financiamentos; e
- Fornecedores.

21. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2023, as principais coberturas de seguros são:

Descrição	Limite de indenização	Vigência	Seguradora
Responsabilidade Civil	10.000	26/04/2023 a 26/04/2024	Axa Brasil S.A.
Risco Operacional	113.100	04/04/2023 a 04/04/2024	Axa Brasil S.A.

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia.

22.Eventos subsequentes

Reforma Tributária

Em dezembro de 2023, foi promulgada pelo Congresso Nacional, a Emenda Constitucional de nº 132/2023, que altera o Sistema Tributário Nacional. O texto que deu origem a Emenda, teve como base, a PEC de nº 45/2019, a qual a versão final, foi aprovada pela Câmara dos Deputados, no mesmo mês.

O principal objetivo, será a Simplificação do Sistema Tributário Atual. O texto prevê um teto para manter constante a carga tributária sobre o consumo, tendo como o principal efeito, a unificação de cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins), em cobranças que serão divididas entre os níveis: **(i)** federal (CBS: Contribuição sobre Bens e Serviços e IS: Imposto Seletivo); e **(ii)** estadual (IBS: Imposto sobre Bens e Serviços). Ainda, foi proposto a criação de fundos para a recomposição das concessões de incentivos fiscais e para o desenvolvimento regional, e a realocação de tributos, como o ITCMD e o IPVA.

O período de transição para o novo modelo tributário deverá ocorrer de forma gradativa e com etapas distintas até a sua conclusão. Para o exercício de 2024, a Companhia acompanhará as publicações das Leis Complementares e Ordinárias, para que possa se adaptar as novas regulamentações propostas, bem como, avaliar os impactos em suas operações.

* * *